



ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 1481/2010.

Apensos: Processo nº 1490/2009, 3300/2010, 6019/2011, 3224/2011 e 2221/2011.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual

3- Órgão: Secretária de Estado de Infraestrutura - SEINFRA

4- Exercício: 2009

5- Responsável: Orlando Augusto Vieira de Mattos Júnior (Ordenador de Despesa), Waldívia Ferreira Alencar (Ordenador de Despesa)

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior - 5851, Ivanildo Xavier Soares - OAB/AM nº A-199, Ingrid Godinho Dodô - OAB/AM 9425, Ney Bastos Soares Junior - 4336, Daniel Fábio Jacob Nogueira - OAB/AM 3.136, Paula Angela Valerio de Oliveira - OAB/AM nº 1.024, Vasco Pereira do Amaral - OAB/AM - A-099, Debora Regina Para Melo - 5.149, Américo Gorayeb Neto - OAB/AM - 3.923, Beatriz Batista dos Santos - A1153, Juliana da Silva Serejo - 3922, Kennedy Monteiro de Oliveira - OAB/AM nº 7389, Celiana Assen Felix - OAB/AM nº 6.727 e Ione Cristina Lima Carioca - OAB/AM nº 5286

7- Unidade Técnica: DICAD e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 8148/2019-DMP, Dr. Ruy Marcelo Alencar de Mendonça, Procurador de Contas.

9- Relator: Conselheiro Mario Manoel Coelho de Mello.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Infraestrutura - SEINFRA. Exercício de 2009.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, referente ao exercício de 2009, de responsabilidade do **Sr. Orlando Augusto Vieira de Mattos Júnior** (período de 01/01 a 19/08/2009), nos termos do art. 22, inciso III, alínea c, e do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência dos atos praticados com grave infração à normal legal;

10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anuais da Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA, referente ao exercício de 2009, de responsabilidade da **Sra. Waldívia Ferreira Alencar** (período de



ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

20/08 a 31/12/2009), nos termos do art. 22, inciso III, alínea c, e do art. 25, todos da Lei nº 2.423/96, em decorrência dos atos praticados com grave infração à normal legal e demais impropriedades que resultaram dano ao erário;

- 10.3. Aplicar Multa ao Sr. Orlando Augusto Vieira de Mattos Júnior** no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), nos termos do inciso II do art. 54 da Lei nº 2423/1996 c/c inciso VI do art. 308 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, valor atualizado pela Resolução TCE/AM nº 04/2018, em razão das restrições nºs 3.1.2, 3.2.3, 5.1.2, 5.3.1, 6.1.3, 6.1.5 e 7.1.2, constantes no Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP, consideradas não sanadas no voto atinentes aos atos praticados com grave infração à normal legal, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.
- 10.4. Considerar em Alcance a Sra. Waldívia Ferreira Alencar** no valor de **R\$ 3.428.816,15** (três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, oitocentos e dezesseis reais e quinze centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão das restrições nºs 2.15.e² e 8.a, constantes no Relatório de Inspeção Conclusivo nº 38/2011-SECAD/SECAP;
- 10.5. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Sra. Waldívia Ferreira Alencar e a empresa Construtora Ponctual Corporation Ltda.** no valor de **R\$ 718.413,93** (setecentos e dezoito mil, quatrocentos e treze reais e noventa e três centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão das restrições nºs 6.3.1, 6.3.2 e 6.3.3 do Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP, referente ao Contrato nº



ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

037/2009;

- 10.6. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Sra. Waldívia Ferreira Alencar e a empresa Construir Indústria de Cerâmica e Construções Ltda. – ME no valor de R\$ 7.940.543,64** (sete milhões, novecentos e quarenta mil, quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão das restrições nºs 9.2.6, 9.2.9 e 9.2.10 do Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP, referente ao Contrato nº 059/2009;
- 10.7. Considerar em Alcance por Responsabilidade Solidária a Sra. Waldívia Ferreira Alencar e a empresa Tarumã Construções e Terraplanagem Ltda. no valor de R\$ 4.281.946,78** (quatro milhões, duzentos e oitenta e um mil, novecentos e quarenta e seis reais e setenta e oito centavos), nos termos do art. 25 da Lei nº 2423/96 c/c inciso I do art. 190 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, que deve ser recolhido, no prazo de 30 (trinta) dias, na esfera Estadual para o órgão Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ, em razão das restrições nºs 14.3.2, 14.3.2 e 14.3.3 do Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP, referente ao Contrato nº 066/2009;
- 10.8. Aplicar Multa à Sra. Waldívia Ferreira Alencar no valor de R\$ 34.135,98** (trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e noventa e oito centavos), nos termos do inciso III do art. 54 da Lei nº 2423/1996 c/c inciso V do art. 308 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, valor atualizado pela Resolução TCE/AM nº 04/2018, em razão das restrições nºs 6.3.1, 6.3.2, 6.3.3, 9.2.6, 9.2.9, 9.2.10, 14.3.1, 14.3.2 e 14.3.3, constantes no Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP; e restrições nºs 2.15.e² e 8.a, constantes no Relatório de Inspeção Conclusivo nº 38/2011-SECAD/SECAP, consideradas não sanadas no voto e que resultaram dano ao erário, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.
- Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo



ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.9. Aplicar Multa à Sra. Waldívia Ferreira Alencar** no valor de **R\$ 68.721,96** (sessenta e oito mil, setecentos e vinte um reais e noventa e seis centavos), nos termos do inciso II do art. 54 da Lei nº 2423/1996 c/c inciso VI do art. 308 da Resolução TCE/AM nº 04/2002, valor atualizado pela Resolução TCE/AM nº 04/2018, em razão das restrições nºs 1.2.2, 1.3.2, 2.2.1, 2.3.2, 3.2.2, 4.2.3, 4.3.2, 4.3.4, 4.3.6, 5.2.2, 5.3.1, 6.2.1, 6.2.3, 6.2.5, 7.1.5, 7.1.6, 7.1.7, 7.2.1, 7.2.2, 7.2.6, 8.1.1, 8.1.2, 8.2.4, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4, 9.2.7, 9.2.8, 10.1.1, 10.1.2, 10.2.1, 10.2.2, 10.2.4, 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3, 11.2.2, 11.2.3, 11.2.5, 11.2.7, 12.1.1, 12.1.2, 12.2.2, 12.2.4, 13.1.2, 13.2.2, 13.2.3, 14.1.1, 14.2.2 e 14.2.3, constantes no Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP; das restrições nºs 2.6.d, 2.8.b, 2.14.b, 2.15.e, 2.15.e², 2.15.f, 2.15.g, 2.15.h, 2.15.i, 2.15.j, 2.15.l, 2.15.m, 2.15.n e 10.a, constantes no Relatório de Inspeção Conclusivo nº 38/2011-SECAD/SECAP; e das restrições nºs 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.6, 1.7, 1.8, 1.9 e 1.10, constantes no Relatório de Vistoria *in loco* emitido pela DICOP acostado às fls. 92/100 do Processo nº 6019/2011 (Representação - apenso) atinentes ao Contrato nº 90/2009-SEINF, consideradas não sanadas no voto atinentes aos atos praticados com grave infração à normal legal, que deve ser recolhido, no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Secretaria de Estado da Fazenda – SEFAZ.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

- 10.10. Determinar à Secretaria de Estado de Infraestrutura – SEINFRA** que observe as recomendações elencadas no Relatório de Inspeção Conclusivo nº 38/2011-SECAD/SECAP e no Relatório Conclusivo Unificado de Vistoria "in loco" nº 105/2013 – DICOP, retificado pelo Relatório Conclusivo nº 318/2019-DICOP;
- 10.11. Determinar à Secex - Secretaria Geral do Controle Externo** que observe, por meio das próximas Comissões vindouras deste Tribunal, designadas às inspeções ordinárias *in loco* ou à análise via sistema e-



ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Contas, se a Unidade Gestora em epígrafe está cumprindo as recomendações lançadas nos relatórios conclusivos da DICOP/DEENG e da DICAD/SECAD/SECAP;

- 10.12. Dar ciência do *decisum* ao Sr. Orlando Augusto Vieira de Mattos Júnior, à Sra. Waldívia Ferreira Alencar e aos demais interessados**, nos termos do art. 161 da Resolução nº 04/2002 - TCE/AM;
- 10.13. Determinar o desapensamento dos Processos nºs 2221/2011 e 3224/2011**, nos termos apresentados no Parecer nº 8148/2019-MP-RMAM, para seguirem regular processamento nos termos regimentais;
- 10.14. Arquivar o Processo nº 1490/2009** (apenso a este), já julgado por meio da Decisão nº 113/2011-TCE-Tribunal Pleno, publicada no DOE/TCE/AM de 09/08/2011, ed. 226, págs. 12/25;
- 10.15. Arquivar os Processos nºs 6019/2011 e 3300/2010** (apensos a este), uma vez que seus objetos estão sendo tratados na Prestação de Contas Anuais em exame;
- 10.16. Arquivar** definitivamente os presentes autos, nos termos regimentais, após o cumprimento dos itens acima.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Dezembro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente, em sessão), Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

13.1. Declaração de Impedimento: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Auditor Alípio Reis Firmo Filho (art. 65 do Regimento Interno).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente, em sessão

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Publicado no Diário Eletrônico
do TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 6

ACÓRDÃO Nº1295/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral